Demonstrações financeiras

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

31 de dezembro de 2024
com relatório do auditor independente

União Brasileira de Educação e Ensino – UBEE

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial 4
Demonstração do resultado 6
Demonstração do resultado abrangente 7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 8
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto 9
Notas explicativas às demonstrações financeiras 10

Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - sala 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil

Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

Shape the future
with confidence

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Associados da
União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da União Brasileira de Educação e Ensino – UBEE ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Shape the future
with confidence

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive
as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 28 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**73.390**	63.641
Aplicações financeiras	5	**18.253**	6.454
Mensalidades a receber	6	**23.154**	20.596
Adiantamentos diversos	7	**10.432**	8.211
Partes relacionadas	18	**2.788**	1.861
Outros créditos	8	**2.541**	3.771
Total do ativo circulante		**130.557**	104.534
Não circulante			
Aplicações financeiras	5	**8.176**	-
Outros créditos	8	**346**	349
Propriedades para investimentos	9	**11.037**	11.451
Imobilizado	10	**144.593**	128.992
Intangível	11	**5.189**	6.601
Total do ativo não circulante		**169.341**	147.393
Total do ativo		**299.897**	251.927

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Ensino-UBEE
Jorge Roberto Albuquerque Roque
Contador-CRC. PE 009392/O-0 T DF.
CPF. 101.244.384-15

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	12	**6.141**	8.779
Salários e encargos sociais	13	**13.446**	12.796
Provisões de férias e encargos	14	**15.072**	14.260
Arrendamento mercantil a pagar	15	**1.136**	1.090
Tributos a recolher	16	**3.981**	3.714
Adiantamentos de mensalidades	17	**27.469**	24.568
Receitas diferidas	19	**2.485**	2.473
Subvenções a realizar (com restrição)	20	**11**	244
Outras contas a pagar	21	**521**	509
Total do passivo circulante		**70.262**	68.433
Não circulante			
Salários e encargos sociais	13	**24**	26
Arrendamento mercantil a pagar	15	**12.162**	13.178
Tributos a recolher	16	**4.160**	7.409
Receitas diferidas	19	**5.178**	7.567
Provisões para demandas judiciais	22	**7.658**	7.129
Total do passivo não circulante		**29.182**	35.309
Total do passivo		**99.444**	103.742
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	23	**53.109**	24.521
Ajuste de avaliação patrimonial		**95.076**	95.076
Superávit do exercício		**52.268**	28.588
Total do patrimônio líquido		**200.453**	148.185
Total do passivo e do patrimônio líquido		**299.897**	251.927

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Ensino-UBEE
Jorge Roberto Albuquerque Roque
Contador-CRC. PE 009392/O-0 T DF.
CPF. 101.244.384-15

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Receita operacional, líquida	24	**314.165**	280.541
Custos dos serviços prestados	25	**(196.219)**	(183.585)
Superávit bruto		**117.946**	96.956
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	26	**(82.000)**	(75.159)
Outras receitas operacionais, líquidas	27	**8.332**	140
Despesa de subvenções (com restrição)		**(485)**	(369)
Receitas de subvenções (com restrição)		**712**	497
Superávit antes do resultado financeiro		**44.504**	22.065
Receitas financeiras	28	**11.687**	10.562
Despesas financeiras	28	**(3.923)**	(4.039)
Resultado financeiro, líquido		**7.764**	6.523
Isenções usufruídas			
Receitas isenções usufruídas	29	**38.368**	36.990
Despesas isenções usufruídas	29	**(38.368)**	(36.990)
		-	-
Superávit do exercício		**52.268**	28.588

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Ensino-UBEE
Jorge Roberto Albuquerque Roque
Contador-CRC. PE 009392/O-0 T DF.
CPF. 101.244.384-15

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais

	2024	2023
Superávit do exercício	**52.268**	28.588
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**52.268**	28.588

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Ensino-UBEE
Jorge Roberto Albuquerque Roque
Contador-CRC. PE 009392/O-0 T DF.
CPF. 101.244.384-15

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávit do exercício	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	226.715	128.208	25.252	380.175
Incorporação ao patrimônio social	25.252	-	(25.252)	-
Cisão parcial	(227.577)	(33.132)	-	(260.709)
Fundo patrimonial	131	-	-	131
Superávit do exercício	-	-	28.588	28.588
Saldo em 31 de dezembro de 2023	24.521	95.076	28.588	148.185
Incorporação ao patrimônio social	**28.588**	**-**	**(28.588)**	**-**
Superávit do exercício	**-**	**-**	**52.268**	**52.268**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**53.109**	**95.076**	**52.268**	**200.453**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	**52.268**	28.588
Ajustes de resultado		
Provisões para demandas judiciais e depósitos	**591**	3.269
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**2.842**	1.940
Depreciação e amortização	**9.977**	13.001
Baixa de contas a receber por perda	**530**	2.262
Rendimentos de aplicação financeira	**-**	(3.639)
Juros sobre passivo de arrendamentos	**1.391**	1.190
Resultado na alienação de ativos	**143**	-
Outros	**-**	(130)
Receita com patrocínios	**(2.390)**	(1.992)
Resultado ajustado	**65.352**	44.489
Variações patrimoniais		
Mensalidades a receber	**(5.930)**	(6.514)
Adiantamento diversos	**(2.221)**	406
Outros créditos	**2.955**	(649)
Fornecedores a pagar	**(2.638)**	972
Salários e encargos sociais	**648**	1.010
Provisão de férias e encargos	**812**	1.480
Tributos a recolher	**(2.982)**	(2.859)
Adiantamentos de clientes	**2.901**	4.132
Outras contas a pagar	**(50)**	118
Subvenções, líquido	**(233)**	(86)
Receitas a apropriar	**13**	(727)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**58.627**	41.772
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	**(19.905)**	-
Aquisição de imobilizado, intangível e propriedades para investimento	**(25.792)**	(21.449)
Baixas imobilizado, intangível e propriedades para investimento	**220**	258
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(45.477)**	(21.191)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de arrendamentos	**(2.404)**	(1.454)
Mútuo com partes relacionadas	**(927)**	(891)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(3.331)**	(2.345)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**9.819**	18.236
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**63.641**	45.405
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**73.460**	63.641

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações gerais

A União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE ("Entidade" ou "UBEE") fundada em 15 de maio de 1907, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº 17.200.684/0001-78, é uma associação de natureza confessional, beneficente, sem fins lucrativos de caráter educacional e cultural, constituída sob os ensinamentos pedagógicos e religiosos do carisma Marista, legados pelo Padre Marcelino José Bento Champagnat. Atualmente tem sua sede localizada na Região Administrativa de Águas Claras, na QS 01, lote 40, Torre A, 10º andar, Edifício Taguatinga Shopping, Brasília - Distrito Federal.

A UBEE tem por finalidades criar, congregar, dirigir e manter instituições que visam à beneficência, a promoção humana, a educação, a cultura e o esporte e ensino.

Como Entidade de Educação sem Fins Lucrativos, aplica seus recursos em Gratuidade nas Atividades Educacionais (Bolsas de Estudos) direcionados as pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás e Tocantins e no Distrito Federal.

Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração financeira, tais como captações de alunos e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados/revisados pelo auditor independente.

1.1 Imunidade tributária

A UBEE é uma entidade beneficente de educação, sem fins lucrativos, imune à incidência de impostos sobre sua renda, patrimônio e serviços, por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C"; e às contribuições sociais, por força do artigo 195, § 7°; todos da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

A UBEE possui CEBAS - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social e cumpre os requisitos previstos no art. 3º da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, fazendo jus à imunidade de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal. Demais informações sobre imunidade tributária de impostos e contribuições estão descritas na Nota Explicativa 29.

2. Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Entidade estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), com base na Resolução CFC 1.409/12 que aprovou a ITG 2002(R1), para as Entidades sem finalidade lucrativa, observando-se os princípios da competência e da oportunidade. As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da UBEE no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requeiram maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

A aprovação destas demonstrações financeiras foi realizada pela Assembleia Geral, em 28 de abril de 2025.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Entidade e, também, a moeda de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, os quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

2.4 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Entidade são classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Entidade determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os rendimentos com aplicações financeiras da Entidade não estão sujeitos à incidência de tributos, devido ao fato de a Entidade gozar de imunidade de tributos federais.

2. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A Entidade mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.6 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização do contas a receber, considerando dados históricos e a posição de inadimplência (Nota 6).

O aumento na base de clientes inadimplentes eleva o risco de crédito. Diante disso, a norma contábil determina que seja feita uma provisão para possíveis perdas, com objetivo de ajustar a real expectativa de recebimento em caixa. A ideia é deixar os ativos da Entidade protegidos e, suportar eventuais perdas financeiras causadas por créditos não recebidos.

A Companhia revisou os critérios para determinar a provisão de contas a receber no exercício. A provisão é calculada com base na expectativa de perdas esperada, baseada na avaliação por colégio e levando em consideração particularidades históricas e regionais.

Com base nesta nova metodologia foi possível suavizar no resultado o efeito da sazonalidade causada pela curva de inadimplência e trazer maior transparência para a instituição quanto aos estudos e critérios adotados para estabelecimento da provisão.

2.7 Subvenções

As subvenções são reconhecidas no Ativo, ao mesmo passo que são registradas no passivo, a fim de evidenciar obrigação para com o conveniente. O reconhecimento da receita com subvenção governamental ocorre ao longo da duração do contrato, em base sistemática, confrontada com as despesas que pretende compensar, os referidos registros em contas de resultados são computados em contas especificas no plano de contas da Entidade, e em conformidade com o disposto no CPC 07 (R1).

2.8 Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados pelo custo de aquisição, construção ou ao custo atribuído (valor justo) e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota 12.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado no período em que incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.8 Imobilizado--Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado através do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.9 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. A Entidade adota como prática manter suas propriedades para investimento ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de eventual provisão de perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A taxa de depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos durante a vida útil estimada, conforme demonstrada na nota 9.

2.10 Ativos intangíveis

a) Softwares

Refere-se aos gastos com a aquisição de softwares operacionais e com a implantação do Sistema de Gestão Empresarial - ERP GoldWay e do sistema acadêmico Lyceum.

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada de acordo com o prazo remanescente de geração de benefícios econômicos futuros, bem como das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam ao critério de reconhecimento de ativos, são reconhecidos como despesa, no período que são incorridos.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

b) Carteira de clientes

A combinação de negócios entre a Entidade e o Colégio Marista Padre Eustáquio resultou na identificação de uma carteira de alunos, registrada contabilmente como ativo intangível.

Esse ativo intangível foi reconhecido inicialmente a valor justo na data da aquisição, com vida útil definida, e foi contabilizado pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.11 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos com vida útil definida são revisados para verificação de possíveis reduções aos valores recuperáveis, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seu custo de alienação e o seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e dos riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Possíveis reversões de provisões constituídas são reconhecidas no resultado pela nova mensuração desde que não exceda o valor de custo do ativo.

2.12 Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.14 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

2.15 Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é constituído de bens e direitos adquiridos ou recebidos em doação e resultados líquidos de suas atividades.

2.16 Receita de serviços

A Entidade reconhece a receita quando: o valor da receita pode ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Entidade, conforme descrição a seguir. A UBEE baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço prestado.

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.16 Receita de serviços--Continuação

A Entidade presta serviços voltados para atividades educacionais. Esses serviços são prestados com base em contrato de preço fixo. A receita de contratos de prestação de serviços de educação é reconhecida no período em que os serviços são efetivamente prestados. Quando o recebimento ocorre antes do faturamento, é registrado o valor recebido como forma adiantamento, para posterior realização da receita, pela competência da prestação do serviço.

Sobre o valor das receitas, são deduzidos os montantes ofertados como bolsas e descontos, conforme definido por políticas interna, e por cumprimento da Lei Complementar nº 187/21.

Nas escolas sociais, onde não há cobrança de mensalidade para nenhum aluno matriculado, as receitas com bolsas de estudos são determinadas com base nos valores definidos em contratos, projetados em orçamento, para cobertura dos custos operacionais.

2.17 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Entidade são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar e empréstimos e financiamentos, e são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. A Entidade não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

i) Classificação

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: (i) mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); ou (ii) mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da Entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Entidade decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Entidade considera essa classificação como sendo mais relevante.

- Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Entidade é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.17 Instrumentos financeiros

ii) Mensuração

No reconhecimento inicial, a Entidade mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

2.18 Arrendamentos

A Entidade avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Entidade aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Entidade reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativo de direito de uso

A Entidade reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente.

A Entidade possui 02 contratos de aluguel (arrendamento) de imóveis com vigência de 03 a 10 anos, sendo que a depreciação é calculada com base nesses períodos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Entidade ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.18 Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Entidade reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Entidade e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Entidade exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Entidade usa as suas taxas de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Entidade aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra).

Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a UBEE faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação do advogado interno. A administração julga que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(b) Gratuidade com bolsas de estudos

A Entidade faz o registro das receitas referente as mensalidades concedidas como se recebidas fossem considerando todas as modalidades ofertadas. As receitas são reconhecidas pelo valor efetivamente praticado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	**2.828**	372
Aplicações financeiras	**70.562**	63.269
	73.390	63.641

As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas para satisfazer compromissos de curto prazos, cuja rentabilidade está atrelada ao Certificado de Depósito Bancário (CDB).

5. Aplicações financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicação em títulos de capitalização (a)	**38**	39
Aplicação em ações e debêntures	**5**	6
Aplicações financeiras (b)	**26.385**	6.409
	26.429	6.454
Circulante	**18.253**	6.454
Ñão circulante	**8.176**	-

(a) Refere-se a aplicação em títulos de capitalização da empresa Icatu Capitalização S.A;

(b) A carteira de investimentos do Fundo de Reservas é diversificada em ativos de renda fixa, como títulos públicos, debêntures, CDBs e Letras Financeiras, com diferentes prazos e indexadores. A gestão é dinâmica, permitindo ajustes mensais para alinhar com os objetivos e perfil de risco. A liquidez é garantida pela possibilidade de venda no mercado secundário. A diversificação busca equilibrar retorno e risco em diferentes condições de mercado. Em síntese, é uma gestão estratégica que visa liquidez, diversificação e retorno consistente, protegendo contra cenários de mercado adversos.

6. Mensalidades a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Mensalidade (a)	**21.538**	18.553
Acordos (b)	**1.934**	2.064
Outros (c)	**16.206**	14.180
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(17.236)**	(14.394)
	22.442	20.403
Clientes diversos (d)	**2.061**	1.542
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(1.349)**	(1.349)
	712	193
	23.154	20.596

a) Refere-se a mensalidades escolares registradas pelo valor faturado, de acordo com contrato de prestação de serviço;
b) Renegociação de mensalidades em atraso com vencimento repactuada pela central de cobrança;
c) Saldo a receber por aluguel de imóveis, locação de espaços, cantinas e demais operações;
d) Saldo a receber de operadoras de crédito.

A composição por idade dos saldos de contas a receber (mensalidades e acordos) segue abaixo:

	31/12/2024	%	31/12/2023	%
A vencer	**109**	**0%**	272	1%
Vencido até 30 dias	**2.197**	**9%**	2.277	11%
Vencido de 31 a 60 dias	**1.150**	**5%**	1.017	5%
Vencido de 61 a 90 dias	**980**	**4%**	900	4%
Vencido de 91 a 120 dias	**992**	**4%**	849	4%
Vencido de 121 a 360 dias	**4.696**	**20%**	4.111	20%
Vencido acima de 360 dias	**13.510**	**57%**	11.191	54%
	23.634	**100%**	20.617	100%

6. Mensalidades a receber--Continuação

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes da Entidade são as seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**(15.743)**	(13.803)
Constituição de provisão	**(2.842)**	(1.940)
Saldo final	**(18.585)**	(15.743)

7. Adiantamentos diversos

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento de férias	**8.007**	6.397
Adiantamento de viagem	**102**	94
Adiantamento de fornecedor	**608**	579
Adiantamento de salário	**1.715**	1.141
	10.432	8.211

8. Outros créditos

	31/12/2024	31/12/2023
Títulos a receber - Imóveis (a)	**91**	1.510
Material Didático - SME (b)	**1.054**	1.811
Tributos a recuperar	**310**	255
Devolução de fornecedores	**156**	175
Licença de softwares	**1.272**	365
Outros	**2**	4
	2.885	4.120
Circulante	**2.541**	3.771
Não circulante	**346**	349

(a) Saldo a receber referente a venda do Colégio São Vicente de Minas, para a Prefeitura do Município de São Vicente de Minas, Estado de Minas Gerais. Parte da venda foi recebido à vista e o restante dividido em 29 parcelas mensais e consecutivas a partir do mês de agosto/22. As parcelas são corrigidas mensalmente pela variação do IPCA.

(b) Saldo referente aos recebimentos antecipados de aquisição de material.

9. Propriedades para investimento

		Movimentações 2023					Movimentações 2024		
	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Baixas (Cisão)	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2024
Custo histórico	63.478	122	-	(403)	(47.046)	16.151	**-**	**-**	**16.151**
Depreciação acumulada	(16.011)	(183)	-	-	11.504	(4.700)	**(414)**	**-**	**(5.114)**
Redução a valor recuperável (Impairment)	(6.231)	-	-	-	6.231	-	**-**	**-**	**-**
	41.236	(61)	-	(403)	(29.321)	11.451	**(414)**	**-**	**11.037**

(a) Em 2023 a UBEE realizou a cisão parcial dos saldos de propriedades para investimento. O referido saldo foi cindido e incluído nas baixas do exercício.

Mensuração de propriedades para investimento

Reconhecidas e mensuradas pelo método do custo, as propriedades para investimento, principalmente edifícios de escritórios e espaços para eventos, são mantidas para rendimentos de aluguel de longo prazo e não são ocupadas pela Entidade.

A média de vida útil considerada para os cálculos de depreciação é de 15,97 anos.

10. Imobilizado

		31/12/2024				31/12/2023		
Descrição	**Taxa média anual de depreciação**	**Custo**	**Depreciação**	**Valor líquido**	**Taxa média anual de depreciação**	**Custo**	**Depreciação**	**Valor líquido**
Terrenos	-	**60.746**		**60.746**	-	60.946	-	60.946
Edificações, obras civis e benfeitorias	6,80%	**76.633**	**(29.096)**	**47.537**	6,20%	61.672	(26.452)	35.220
Máquinas e equipamentos	10,00%	**11.966**	**(7.158)**	**4.808**	10,00%	10.084	(6.838)	3.246
Veículos	20,00%	**806**	**(759)**	**47**	20,00%	860	(761)	99
Móveis e utensílios	10,00%	**9.588**	**(7.062)**	**2.526**	10,00%	9.078	(7.228)	1.850
Móveis escolares	10,00%	**8.868**	**(3.788)**	**5.080**	10,00%	7.813	(3.493)	4.320
Equipamentos de informática	20,00%	**18.082**	**(11.132)**	**6.950**	20,00%	15.797	(9.260)	6.537
Obras em andamento	-	**5.427**	-	**5.427**	-	4.103	-	4.103
Direito de uso (arrendamentos)	30,00%	**15.499**	**(4.027)**	**11.472**	11,62%	15.445	(2.774)	12.671
		207.615	**(63.022)**	**144.593**	-	185.798	(56.806)	128.992

10. **Imobilizado**--Continuação

Avaliação de indicativos de *impairment* sobre os ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive os ativos intangíveis, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Em relação ao teste de *impairment*, este deverá ser aplicado, apenas, quando fatores conjunturais (fatos relevantes) indicarem a necessidade de redução do valor recuperável dos ativos. O fato da Entidade possuir uma equipe técnica de engenharia constitui um facilitador para esse tipo de trabalho, justamente, pelo envolvimento destes profissionais na operação das unidades, que fazem o acompanhamento rotineiro de todos os imóveis lotados na operação ou não disponíveis para venda.

Nenhum bem imóvel da Entidade teve sinalização de que o valor econômico (de mercado) estivesse inferior ao valor, contabilmente registrado ou, valorizações que pudesse alterar percentuais de depreciações sobre vida útil remanescente (valor residual). Não houve indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na data das demonstrações financeiras.

A movimentação do ativo imobilizado segue abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Em 1º de janeiro	**128.992**	344.875
Adição	**24.097**	25.764
Baixas	**(397)**	-
Cisão parcial	**-**	(230.912)
Depreciação	**(8.227)**	(11.138)
Transferência	**128**	403
Em 31 de dezembro	**144.593**	128.992

Direito de uso (Arrendamentos)

A UBEE arrenda diversas salas para o Escritório Central, com o prazo médio de arrendamento de 3 anos , o prédio para as instalações do Colégio Marista Padre Eustáquio em Belo Horizonte - MG, arrendado por um prazo de 10 anos e também o Colégio Marista Alfenas, localizado na cidade de Alfenas – MG.

10. **Imobilizado**--Continuação

(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos de direito de uso		
Edificações	**11.471**	12.670
Passivos de arrendamentos		
Circulante	**1.136**	1.090
Não circulante	**12.162**	13.178
	13.298	14.268

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em custos e despesas)		
Edificações	**1.251**	972
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras)	**1.392**	1.190
Total	**2.643**	2.162

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.670
Adições por novos contratos ou remensurações	**43**
Despesa de depreciação	**(1.251)**
Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2024	**11.462**

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	14.268
Adição por novos contratos ou remensurações	**43**
Juros provisionados	**1.391**
Pagamentos	**(2.404)**
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2024	**13.298**

11. Intangível

	Taxa média anual de amortização	31/12/2024	31/12/2023
Licença de uso de software	42,9%	**3.619**	3.936
Carteiras de alunos (a)	7,5%	**6.643**	6.643
Marcas e patentes	-	**-**	-
(-) Amortização acumulada software		**(3.315)**	(2.761)
(-) Amortização carteira de alunos		**(1.758)**	(1.217)
		5.189	6.601

(a) Carteira de alunos que a Entidade adquiriu nas operações com o Colégio Padre Eustáquio, mensurada a valor justo.

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Em 1º de janeiro	**6.601**	5.349
Adição	**1.738**	3.301
Cisão parcial (Nota 1.2)	**-**	(111)
Baixa	**(1.720)**	(258)
Amortização	**(1.431)**	(1.680)
Em 31 de dezembro	**5.189**	6.601

Combinação de negócios

Em dezembro de 2023, a Entidade adquiriu as operações do Colégio Pontual em Alfenas, atualmente denominado Colégio Pontual Alfenas, com a missão de dar continuidade à educação evangelizadora. Como resultado da aquisição, espera-se que a Entidade expanda a sua presença na região.

Nesta operação, a Entidade assumiu a gestão do Colégio Pontual Alfenas, mediante contrato de venda, juntamente com a locação do imóvel e demais bens localizados neste imóvel pelo prazo de 20 (vinte) anos. A locação do imóvel foi tratada como uma transação separada, com ativos e passivos de arrendamento registrados.

O negócio foi adquirido por um valor de R$1.300. Adicionalmente, a Entidade efetuará o pagamento de aluguel mensal do imóvel, onde está localizado o Colégio, conforme Contrato de Locação de Imóvel não Residencial.

Como efeito da transação a Entidade recebeu a carteira de alunos, mensurada a valor justo pelo montante de R$ 2.530, reconhecida no ativo intangível. Os Ativos Permanentes que Entidade recebeu, correspondem a móveis e utensílios escolares depreciados em quase sua totalidade e que foram, em grande parte, descartados e substituídos por novos, conforme o padrão Marista. Considerando a imaterialidade do valor e o estado de conservação, apenas realizamos o registro físico no "ambiente" de patrimônio a valor simbólico de R$ 1,00 (hum) real para fins de controle físico, sem o reconhecimento contábil. A Entidade também assumiu a obrigação de pagamento de multa contratual junto ao fornecedor de material didático no valor de R$1.100, pela rescisão antecipada do contrato.

Não foram identificados outros ativos ou outros passivos assumidos com a transação.

A Entidade reconheceu ganho por compra vantajosa de R$ 130, como resultado da mensuração à valor justo da carteira de alunos. O ganho está incluído em Outras receitas e despesas não operacionais, líquidas na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

12. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Prestador de serviço	**4.027**	4.453
Fornecedores de produtos e materiais	**1.930**	4.064
Concessionárias	**184**	262
	6.141	8.779

13. Salários e encargos sociais

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e ordenados (a)	**7.576**	7.141
Outros passivos de folha (b)	**34**	20
IRRF sobre folha de pagamento (c)	**3.157**	3.049
FGTS a recolher	**1.316**	1.330
INSS funcionários	**969**	962
Contribuição sindical a recolher	**418**	320
	13.470	12.822
Circulante	**13.446**	12.796
Não circulante	**24**	26

(a) Salário a pagar referente a competência de dezembro 2024.
(b) Saldo de FGTS Filantropia, rescisões a pagar e outros adiantamentos.
(c) Tributos retidos sobre folha de pagamento referentes a competência Dezembro 2024 com pagamento previsto para janeiro de 2024.

14. Provisões de férias e encargos

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões para férias	**13.950**	13.198
Provisões de FGTS sobre férias	**1.122**	1.062
	15.072	14.260

15. Arrendamentos a pagar

Modalidade	31/12/2024	31/12/2023
Imóveis arrendados	**23.599**	25.866
Equipamentos de informática	**98**	192
(-) Juros a incorrer	**(10.399)**	(11.790)
	13.298	14.268
Circulante	**1.136**	1.090
Não circulante	**12.162**	13.178

As obrigações com arrendamento financeiro apresentam os seguintes prazos de vencimento:

15. Arrendamentos a pagar--Continuação

Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento	31/12/2024	31/12/2023
Menos de um ano	**2.377**	2.492
Mais de um ano e menos de cinco anos	**9.120**	9.438
Mais de cinco anos	**11.690**	14.128
	23.187	26.058
Encargos financeiros futuros sobre arrendamentos financeiros	**(10.399)**	(11.790)
	12.789	14.268

A propriedade é a própria garantia do arrendador uma vez que, na falta de pagamento, o bem arrendado reverte ao arrendador.

16. Tributos a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
Tributos a recolher de terceiros (a)	**167**	156
ISS a recolher	**56**	42
Parcelamento INSS (b)	**2.922**	4.006
Parcelamento IRRF (c)	**4.996**	6.919
	8.141	11.123
Circulante	**3.981**	3.714
Não circulante	**4.160**	7.409

(a) Encargos tributários sobre contratação de serviços prestados por terceiros e venda de uniformes.
(b) Parcelamento em 120 meses de débitos referentes a INSS sobre folha de pagamento. Em 2017 ocorreu a consolidação dos parcelamentos desse tributo que estavam inscritos na Previdência Social e Procuradoria de Fazenda Nacional. Já foram pagas 83 parcelas de cada processo.
(c) Parcelamento em 120 meses de débitos referentes a IRRF sobre folha de pagamento. Em 2017 ocorreu a consolidação dos parcelamentos desse tributo que estavam inscritos na Receita Federal e Procuradoria de Fazenda Nacional. Já foram pagas 83 parcelas.

17. Adiantamentos de mensalidades

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento de mensalidades (a)	**27.469**	24.568
	27.469	24.568

(a) Referem-se às mensalidades escolares recebidas antecipadamente, que serão apropriadas no exercício seguinte, de acordo com o ano letivo escolar.

18. Partes relacionadas

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado		
União Norte Brasileira de Educação e Cultura (a)	**13.951**	13.682
		13.682
Ativo		
União Norte Brasileira de Educação e Cultura (a)	**2.788**	2.071
	2.788	2.071
Passivo		
Contrato de mútuo (b)	**-**	-
Outras despesas (c)	**-**	(210)
	-	(210)
Ativo (passivo), líquido	**2.788**	1.861

(a) Rateio de gastos com pessoal, incluindo encargos e benefícios do pessoal chave da Entidade, referentes aos serviços compartilhados. Os serviços compartilhados têm o objetivo de aumentar a eficiência administrativa das partes concentrando serviços administrativos e de apoio na Entidade. Os principais serviços compartilhados são relativos às áreas de tecnologia da informação, área de RH, área jurídica, área de compras e áreas pertencentes a diretoria financeira. As transações são realizadas com base em custos incorridos, sem remuneração adicional.

(b) As transações registradas como partes relacionadas ocorrem entre a Entidade e a UNBEC, entidades que compõem a Província Marista Brasil Centro-Norte. O contrato de mútuo formaliza as operações de pagamentos realizados entre as Entidades para cobrir necessidade de capital de giro, sendo o mutuário remunerado a 1% de juros ao mês com um prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado, mediante prévio acordo entre as partes.

(c) Ressarcimento de gastos incorridos com eventos e treinamentos entre as unidades da UBEE e UNBEC. As transações são realizadas com base em custos incorridos, sem remuneração adicional.

19. Receita diferida

	31/12/2024	31/12/2023
Contrato de parceria comercial (a)	**7.567**	9.957
Vendas antecipadas	**96**	83
	7.663	10.040
Circulante	**2.485**	2.473
Não circulante	**5.178**	7.567

(a) Em dezembro de 2022 a UBEE celebrou novo Termo de Parceria Comercial com o Banco Bradesco S.A., visando exclusividade na tomada de serviços bancários de folha de pagamento durante a vigência de cinco anos. Em contrapartida as obrigações assumidas, a Entidade recebeu a título de prêmio pela preferência dos serviços bancários de folha de pagamento, a importância de R$ 11.949 registrado no passivo, cujo reconhecimento no resultado será feito conforme vigência do contrato no prazo de 60 meses. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo a apropriar representa R$ 7.662 (R$ 9.957 em 31 de dezembro de 2023).

20. Subvenções

Os Recursos de Subvenções referem-se a repasses de recursos governamentais e não governamentais, que são aplicados em projetos sociais, decorrentes substancialmente dos seguintes convênios:

- Programa Petrobras Jovem Aprendiz (PPJA);
- Secretaria de Estado da Educação de Goiás – Termo de Colaboração.

Os saldos são classificados no passivo circulante em contrapartida de caixa e equivalentes de caixa, e serão reconhecidos no resultado em bases sistemáticas (receita e despesa), conforme utilização do recurso.

20. Subvenções--Continuação

Nome	Contratado	Recebido	31/12/2024 A receber	31/12/2024 A realizar	31/12/2023 A receber	31/12/2023 A realizar
Termo de Colaboração – Secretaria de Estado da Educação de Goiás (a)	**11**	**11**	**-**	**11**	-	244
	11	**11**	**-**	**11**	-	244

(a) Termo de colaboração feito em 2022, entre a Secretaria de Estado da Educação de Goiás e o Centro de Educação Infantil Marista Divino Pai Eterno – CEMADIPE para aquisição equipamentos, utensílios e prestação de serviços para a escola. Os recursos recebidos terão sua prestação de contas junto à Secretaria.

21. Outras contas a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Cooperativa Marista - COOMAR (a)	**404**	412
Outras contas a pagar	**117**	97
	521	509

(a) A COOMAR é uma cooperativa de crédito destinada aos colaboradores da UBEE, onde o saldo descrito no quadro acima se refere ao repasse dos valores descontados em folha dos colaboradores cooperados.

22. Provisões para demandas judiciais e contingências passivas

	31/12/2023	Constituição	Baixa/Reversão	31/12/2024
Provisão para demandas judiciais				
Cíveis	859	**833**	**(658)**	**1.034**
Fiscais (a)	16.013	**1.910**	**(396)**	**17.527**
Trabalhistas	2.082	**1.607**	**(2.725)**	**964**
	18.954	**4.350**	**(3.779)**	**19.525**
Depósitos judiciais	**31/12/2023**	**Constituição**	**Baixa/Reversão**	**31/12/2024**
Depósitos	(193)	**(545)**	**503**	**(235)**
Pis sobre folha de pagamento (b)	(11.631)	**-**	**-**	**(11.631)**
Bloqueio judicial	(1)	**-**	**-**	**(1)**
	(11.825)	**(545)**	**503**	**(11.867)**
Saldo das provisões	7.129	**3.805**	**(3.276)**	**7.658**

(a) O principal valor considerado para os riscos fiscais refere-se ao processo ajuizado pela Entidade, com relação a cobrança do PIS e da COFINS. Em 2003 a Entidade obteve sentença favorável para o não recolhimento das referidas contribuições. A Receita Federal interpôs recurso junto ao Tribunal Regional Federal - 1ª Região, que julgou procedente o recurso. A UBEE recorreu por meio de Recurso Extraordinário contra esta decisão, e obteve efeito suspensivo até o julgamento final.
Reforça-se tal posicionamento a existência de duas ações diretas de inconstitucionalidade, de nºs 2.028 e 2.036, propostas junto ao Supremo Tribunal Federal - STF, que corroboram o posicionamento da Entidade quanto à sua imunidade em relação às contribuições sociais, as quais foram julgadas procedentes em 02/03/2017, e o Recurso Extraordinário nº 566622, no qual o julgamento do STF, em 23/02/2017, fixou a seguinte repercussão geral: "Os requisitos para o gozo de imunidade hão de estar previstos em lei complementar", sendo este o processo paradigma usado pela UBEE no seu recurso extraordinário.

(b) Depósito judicial referente ao processo de cobrança do PIS e da COFINS sobre a folha de pagamento. Após recurso da Receita Federal junto ao Tribunal Regional Federal - 1ª Região, que julgou procedente o recurso. A UBEE recorreu por meio de Recurso Extraordinário contra esta decisão, e obteve efeito suspensivo até o julgamento final.

22. Provisões para demandas judiciais--Continuação

Risco de perda possível (Não provisionadas)

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis (a)	**170.382**	186.692
Fiscais – tributárias (b)	**65.735**	49.019
Trabalhistas (c)	**49.180.**	5.406
	285.297	241.117

(a) Decorrem substancialmente de processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros. As principais demandas envolvem pleitos indenizatórios.

(b) Referem-se, em quase sua totalidade, a processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por fazendas municipais e federal. As principais demandas envolvem questões relativas à imunidade tributária que a instituição faz jus.

(c) São decorrentes, essencialmente, de processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e ex-funcionários. As principais reclamações são de verbas trabalhistas, hora extra e pleitos indenizatórios.

23. Patrimônio líquido

Patrimônio social

O patrimônio social da UBEE é aplicado integralmente nos objetivos sociais da Entidade e formado pelos superávits acumulados, além dos bens e direitos adquiridos ou recebidos em doação.

Ajuste de avaliação patrimonial

Os saldos referem-se ao custo atribuído aos bens do ativo imobilizado. Conforme Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento e dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, quando da adoção inicial do ativo imobilizado.

24. Receita operacional, líquida

	2024	2023
Receita operacional bruta		
Anuidades escolares sem gratuidades (a)	**355.368**	316.569
Anuidades escolares com gratuidades (b)	**23.136**	21.914
Outras receitas educacionais (c)	**5.945**	5.405
	384.449	343.888
Deduções da receita		
Descontos comerciais (d)	**(12.937)**	(10.605)
Descontos institucionais (d)	**(781)**	(393)
Bolsas de estudo convenção coletiva (e)	**(22.213)**	(19.533)
Gratuidades bolsas de estudos parciais lei 12.101/2009 (f)	**(334)**	(326)
Gratuidades bolsas de estudos integrais lei 12.101/2009 (f)	**(34.019)**	(32.490)
	(70.284)	(63.347)
Receita operacional líquida	**314.165**	280.541

24. Receita operacional, líquida--Continuação

(a) As receitas da Entidade oriundas de atividades fins, conforme estatuto social, são mensuradas pelo valor da contraprestação recebida ou a receber, baseada na planilha de custo educacional (Lei nº 9.870/99) e formalizado pelos contratos de prestação de serviços educacionais.

(b) Registro do valor das mensalidades ofertadas pela Entidade por meio de gratuidades sociais. O montante registrado neste item não agrega saldo no resultado operacional líquido, pois o valor é totalmente deduzido nas contas de gratuidades com bolsas de estudos.

(c) Ampliação dos serviços extracurricular ofertado nas unidades educacionais, tais como os centros de línguas ID Marista, e escolinhas de artes e esportes.

(d) Montante de descontos ofertado pelas unidades educacionais de acordo com as políticas de desconto vigentes e orçamento aprovado pela Administração.

(e) Bolsa de estudos concedidas a professores e demais classes vinculadas a sindicatos com o benefício previsto em convenção coletiva.

(f) Gratuidades concedidas na forma da lei nº 12.101/09.

25. Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados são constituídos dos gastos com pessoal, depreciação e amortização de bens das unidades escolares, além de outras despesas acessórias ligadas à atividade fim da Entidade. Demonstramos a sua composição conforme a seguir:

	2024	2023
Custo com pessoal (a)	**(180.143)**	(164.355)
Outros custos dos serviços	**(7.749)**	(8.868)
Depreciação e amortização	**(8.327)**	(10.362)
	(196.219)	(183.585)

(a) Gasto com pessoal diretamente ligado a operação da Entidade no desenvolvimento dos serviços educacionais.

26. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Despesa com vendas	**(5.622)**	(5.993)
Despesa com pessoal (a)	**(17.333)**	(20.513)
Despesa com serviços de terceiros	**(10.227)**	(9.178)
Despesa com utilidades e comunicações	**(17.622)**	(12.690)
Despesa com tecnologia	**(1.881)**	(1.847)
Despesa com impostos e taxas	**(979)**	(951)
Despesa com conservação e manutenção	**(9.434)**	(7.957)
Despesa com provisões para créditos a receber	**(2.842)**	(1.940)
Outras despesas gerais	**(11.032)**	(8.653)
Depreciações e amortizações	**(1.650)**	(2.640)
Despesa com viagens e transportes	**(3.378)**	(2.797)
	(82.000)	(75.159)

(a) Despesa com salários e encargos dos colaboradores não ligados diretamente às unidades educacionais.

27. Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

	2024	2023
Outras receitas - Educação		
Renda de bens patrimoniais (a)	**5.452**	4.473
Renda na alienação de ativos	**1.601**	588
Receita projetos pedagógicos	**187**	1.534
Receita com teatros e ginásios	**-**	3
Receitas com patrocínios	**2.657**	2.509
Receitas com eventos	**5.005**	2.721
Receitas com royalties (b)	**733**	576
Outras receitas	**699**	1.622
Total outras receitas	**16.334**	14.026
Outras despesas - Educação		
Despesa comunidade religiosa	**(2.281)**	(3.532)
Provisões para demandas judiciais	**(591)**	(1.411)
Perdas de imobilizado (c)	**(143)**	(60)
Outras despesas	**(5.847)**	(4.210)
Perda com baixa de recebíveis	**(530)**	(2.262)
Outras (perdas) / ganhos líquidos	**1.390**	(2.411)
Total outras despesas	**(8.002)**	(13.886)
Outras receitas, liquidas	**8.332**	140

(a) Receita com o aluguel de bens patrimoniais e espaços das próprias unidades educacionais para atividades culturais e lanchonetes.
(b) Receita obtida com a marca Marista.
(c) Perdas com baixas de bens obsoletos sem impacto no fluxo de caixa da Entidade.

28. Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	**9.377**	8.621
Juros e multas cobradas	**2.122**	1.927
Variação de ajuste a valor justo	**-**	1
Descontos obtidos	**188**	12
	11.687	10.562
Despesas financeiras		
Juros e multas pagas	**(88)**	(83)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	**(2)**	-
Taxas bancárias	**(328)**	(312)
Descontos concedidos	**(1.274)**	(1.110)
Encargos sobre parcelamentos	**(641)**	(653)
Variação de ajuste a valor justo	**-**	(468)
Outros encargos	**(1.590)**	(1.376)
Perdas de aplicações financeiras	**-**	(37)
	(3.923)	(4.039)
Resultado financeiro, líquido	**7.764**	6.523

29. Isenções Usufruídas (imunidade tributária)

	2024	2023
Despesas Isenções Usufruídas		
Isenção Cota Patronal - INSS	**(30.126)**	(29.044)
Isenção Terceiros - INSS	**(6.768)**	(6.524)
Isenção SAT - INSS	**(1.474)**	(1.422)
Total de despesas com isenções usufruídas	**(38.368)**	(36.990)
Receitas Isenções Usufruídas		
Isenção Cota Patronal - INSS	**30.126**	29.044
Isenção Terceiros - INSS	**6.768**	6.524
Isenção SAT - INSS	**1.474**	1.422
Total de receitas com isenções usufruídas	**38.368**	36.990

30. Gratuidades através de bolsas de estudo

Conforme citado no item 1.1, a UBEE é imune à incidência de impostos sobre sua renda, patrimônio e serviços, por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C"; e às contribuições sociais, por força do artigo 195, § 7°; todos da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

A UBEE é uma entidade beneficente de educação, possui CEBAS - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social e cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, fazendo jus à imunidade de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal.

(a) Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais

A Entidade oferece bolsas educacionais para alunos socioeconômico, seguindo os critérios previstos na Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. Na concessão de bolsas educacionais a Entidade utiliza o seguinte critério de renda:

A bolsa de estudo integral e concedida ao aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1,5 (um e meio) salários-mínimos.

A bolsa de estudo parcial é concedida ao aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários-mínimos.

Em atendimento ao artigo 20 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, a Entidade concedeu pelo menos 1 bolsa integral para cada 5 estudantes pagantes no ano de 2022.

Além disso, durante a concessão de Bolsa Social de Estudos os alunos das Escolas Sociais foram beneficiados pelo Programa de Apoio ao Aluno Bolsista - PAAB, que consiste na oferta de livros didáticos, uniformes/fardamentos e alimentação fornecida no espaço escolar, estruturado de acordo com a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. O PAAB tem como objetivo a concessão de benefícios materiais de estudo aos educandos matriculados na unidade, favorecendo assim o sentimento de pertença, a permanência e o sucesso escolar.

30. Gratuidades através de bolsas de estudo--Continuação

(a) Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais--Continuação

Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 - Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017

	2024	2023
Total de alunos matriculados (a)	**16.457**	15.536
Alunos bolsa integral (Art. 20, Lei Complementar nº 187/2021)	**1.661**	1.796
Alunos bolsa integral e com deficiência Art. 20, §3º, Lei Compl. nº 187/21)	**-**	-
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Art. 20, §3º, Lei Compl. nº 187/21)	**711**	473
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	**-**	-
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	**-**	-
Número total de alunos com bolsa integral (Lei Compl. nº 187/21 (b) (1)	**2.762**	2.458
Outras bolsas integrais (b) **(2)**	**635**	616
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)	**-**	-
Alunos inadimplentes (d) **(3)**	**255**	240
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	**13.195**	12.411
Alunos bolsa parcial de 50% (Art. 20, §1º, II, Lei Complementar nº 187/21) (e)	**30**	31
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	**-**	-
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu)	**-**	-
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Art. 20, §1º, II, Lei Complementar nº 187/21)	**30**	31
Alunos beneficiados pelo programa complementar (art. 19, §4º, Inciso I Lei Complementar 187/21) (3)	**91**	79
Número total de bolsas integrais equivalentes	**2.762**	2.553
Outras bolsas parciais	**-**	-
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo	**Art. 13**	Art. 13
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)	**Atendido**	Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9	**Atendido**	Atendido

(1) O valor representa o somatório das bolsas integrais, mais o número de alunos com bolsas integrais, que estudam em tempo integral, estes equivalem a 1,4, de acordo com a Lei 12.101/2009 (Art. 13, §4º, II). A saber 1.661 + (711 x 1,4) = 2.656;

(2) O Artigo 24 caput, da lei complementar 187/21, exclui do cômputo de alunos pagantes os beneficiados com bolsas de estudo integrais nos termos do inciso I do § 1º do art. 20 e com outras bolsas integrais concedidas pela entidade. No caso da UBEE foram concedidas bolsas integrais por força de Convenção Coletiva de Trabalho ou Descontos Integrais, conforme política de descontos institucionais;

(3) Artigo 24, §2º da lei complementar 187/21. Não se consideram alunos pagantes os inadimplentes por período superior a 90 (noventa) dias cujas matrículas tenham sido recusadas no período letivo imediatamente subsequente ao inadimplemento;

(4) Para a conversão dos Benefícios Complementares em Bolsas Sociais foi considerado (valores expressos em reais):

a. Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares: R$ 1.977;
b. Receita bruta anual de mensalidades: R$ 348.375.981;
c. Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes: 16.202;
d. Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares: R$ 21.502,04 (348.375.981 ÷ 16.202);
e. Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares (valores expressos em reais): 91 (1.977.449,35 ÷ 21.502,04).

(b) Certificado de Entidade beneficente de Assistência Social

A Entidade é portadora de Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos (atualmente denominado CEBAS), emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 26/02/1999 e aprovações posteriores. Após sucessivas renovações, em 2012 requereu a renovação do CEBAS conforme protocolo nº 23000.017986/2012-02, já protocolizado junto ao Ministério da Educação (MEC), Ministério competente pela nova certificação, nos termos da Lei nº 12.101/2009 (DOU 30/11/2009), para emissão de renovação

30. Gratuidades através de bolsas de estudo--Continuação

(b) Certificado de Entidade beneficente de Assistência Social--Continuação

do CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. Referido processo teve o certificado CEBAS deferido, por meio da Portaria n° 828, de 28/11/2018. Consta registrado no MEC de que a Entidade requereu a renovação de CEBAS-Educação, por meio do processo protocolado tempestivamente sob nº 23000.024045/2021-16, em 17/09/2021, o qual encontra-se no aguardo de análise. Desta forma, nos termos da legislação vigente, a instituição possui certificado ativo.

Os Processos protocolizados asseguram a validade do Certificado e da Certidão de Fins Filantrópicos até a conclusão de análise dos mesmos, conforme disposto no artigo 37, §2º da Lei complementar 187/21 e no Decreto 8.242, de 23 de maio de 2014, no caput do art. 8º e no seu § 1º, motivo pelo qual nenhuma provisão foi efetuada nas demonstrações contábeis referentes às isenções patronais usufruídas no exercício, nos termos do §7º, art. 205 da Constituição Federal.

(c) Gasto com pessoal docente e técnico administrativo

Em atendimento ao disposto na alínea c, inciso III, do art. 12, da Instrução Normativa nº 113/98, da Secretaria da Receita Federal, que determina a aplicação de pelo menos 60% da receita líquida, a Entidade destinou, em 2024, 63,33% da receita obtida com prestação de serviços, em despesas com pessoal docente e técnico administrativo, conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023
Receita operacional bruta	**384.449**	343.888
Descontos nas anuidades e nas bolsas de estudo	**(70.284)**	(63.347)
Base de cálculo	**314.165**	280.541
Custo com pessoal docente	**(180.143)**	(164.355)
Despesas com pessoal técnico administrativo	**(17.333)**	(20.513)
Total dos gastos com pessoal	**(197.476)**	(184.868)
Percentual aplicado	**63,33%**	65,90%

31. Demonstração de resultado conforme orientação portaria 15 do MEC (Informação suplementar)

	Nota explicativa	2024	2023
Receita Bruta de Educação	24		
Mensalidade de alunos pagantes		**355.368**	316.569
Mensalidades concedidas em bolsa de estudos		**23.136**	21.914
Outras receitas serviços educacionais		**5.945**	5.404
		384.449	343.888
(-) Deduções da Receita Bruta de Educação	24		
Descontos comercial		**(12.937)**	(10.605)
Descontos institucionais		**(781)**	(392)
Bolsas de estudo convenção coletiva		**(22.213)**	(19.533)
Gratuidades bolsas de estudos parciais lei 12.101/2009		**(334)**	(326)
Gratuidades bolsas de estudo integrais lei 12.101/2009		**(34.019)**	(32.490)
		(70.284)	(63.347)
(=) Receita operacional, líquida		**314.165**	280.541
(-) Custo do serviço educacional	25		
Custo com pessoal		**(180.143)**	(164.355)
Outros custos dos serviços		**(7.749)**	(8.868)
Depreciação e amortização		**(8.327)**	(10.362)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		**117.946**	96.956
Despesas Operacionais /Outras com Educação			
Administrativas e gerais	26	**(82.000)**	(75.159)
Outras receitas operacionais, líquidas	27	**8.332**	140
Despesa de subvenções (Com restrição)		**(485)**	(369)
Receitas de subvenções (Com restrição)		**712**	497
Superávit antes do resultado financeiro		**44.504**	22.065
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	28	**11.687**	10.562
Despesas financeiras	28	**(3.923)**	(4.039)
Resultado financeiro, líquido		**7.764**	6.523
(+/-) Isenções Usufruídas			
Receitas isenções usufruídas	29	**38.368**	36.990
Despesas isenções usufruídas	29	**(38.368)**	(36.990)
(=) Superávit do exercício		**52.268**	28.588

A Demonstração de resultado apresentada baseou-se no modelo da portaria 15/2017 emitida pelo Ministério da Educação (MEC), cabe salientar que por se tratar de um modelo a Entidade necessitou adaptar certos itens a este, mas a essência, bem como os itens intrínsecos foram mantidos, não obstante todos os itens listados estão apresentados em notas explicativas contemplando maior riqueza de detalhes e em conformidade com as normas contábeis vigentes.

A UBEE é portadora de Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos (CEBAS) e tem como atividade preponderante Educação básica, diante disso não aplicou em seus demonstrativos valores com assistência social e saúde.

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos associados

32.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Entidade estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias e pelos saldos de aplicações financeiras, classificados como valor justo por meio de resultado, e as contas a receber e empréstimos e financiamentos, classificados como custo amortizado. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

32.2 Gestão de risco

A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Entidade, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Entidade identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de crédito
- Risco de taxa de juros

(a) Risco de liquidez

É o risco de a Entidade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da UBEE, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e três anos	Acima de três anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	**6.141**	**-**	**-**	**-**
Parcelamentos (a)	**3.758**	**3.758**	**402**	**-**
Total	**9.899**	**3.758**	**402**	**-**
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	8.798	-	-	-
Parcelamentos (a)	3.517	3.517	3.517	376
Total	12.315	3.517	3.517	376

(a) Resultante das atualizações de todos os parcelamentos (Federais, Estaduais e Municipais).

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos associados-- Continuação

(b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade, representados principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e outros créditos.

(c) Risco de taxas de juros

Representa o risco da Entidade à exposição de taxa de juros, principalmente relacionados aos empréstimos financiamentos contraídos junto a instituições financeiras.

A Administração estima que pela característica dos encargos contratuais pactuados atrelados ao cenário projetado de oscilação das taxas de juros da economia, não há volatilidade considerada relevante. Para as aplicações financeiras, cujos rendimentos são atrelados à taxa de juros, a estimativa também é a de que não haja oscilação relevante de acordo com as projeções, haja vista que estão atrelados a operações de Renda Fixa com baixo grau de risco.

JOSE DE ASSIS ELIAS DE BRITO:02594433446

Assinado digitalmente por JOSE DE ASSIS ELIAS DE BRITO:02594433446
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=videoconferencia, OU=03441656000138, OU=Pessoa Fisica A1, OU=ARSDI, OU=Autoridade Certificadora SDI, CN=JOSE DE ASSIS ELIAS DE BRITO:02594433446
Razão: Eu estou aprovando este documento com minha assinatura de vinculação legal
Localização:
Data: 2025.04.29 11:02:18-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

Diretor-Presidente
José de Assis Elias de Brito

JOSE WAGNER RODRIGUES DA CRUZ:79992293691

Assinado digitalmente por JOSE WAGNER RODRIGUES DA CRUZ:79992293691
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=34173682000318, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=videoconferencia, CN=JOSE WAGNER RODRIGUES DA CRUZ:79992293691
Razão: Eu estou aprovando este documento com minha assinatura de vinculação legal
Localização:
Data: 2025.04.29 11:02:40-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

Diretor-Tesoureiro
Wagner Rodrigues da Cruz

JORGE ROBERTO ALBUQUERQUE ROQUE:10124438415

Assinado de forma digital por JORGE ROBERTO ALBUQUERQUE ROQUE:10124438415
Dados: 2025.04.29 08:16:11 -03'00'

Responsável técnico
Jorge Roberto Albuquerque Roque
Contador - CRC-PE - Nº 009392/O T-DF